

Considerações finais

Na análise comparativa das duas margens do rio Mondego verificámos que existem características que são comuns, nomeadamente ao nível das tipologias sepulcrais. No entanto, constatámos igualmente que é na área delimitada entre os rios Alva e Mondego que detectamos um maior número de sepulturas rupestres e de necrópoles; que a associação entre o espaço funerário e religioso é mais precoce, caso de S. Bartolomeu e S. Pedro de Lourosa; e que apesar de encontrarmos sítios de habitat que corresponderiam a casais agrícolas, registamos também, ainda no período alto medievo, locais de povoamento mais consistente, que designámos como lugares. De facto, entre os rios Dão e Mondego, para além do número de sepulturas ser inferior, estas encontram-se sobretudo organizadas em pequenos conjuntos de sepulcros, indiciando-nos um povoamento que se estruturaria em pequenos casais rurais, sendo que somente no final da alta idade média observamos a emergência dos lugares e do binómio necrópole/templo.

Ao longo deste trabalho, baseado em dados de prospecção arqueológica, que esperemos no futuro completar, pretendemos efectuar uma primeira análise desta rede de povoamento alto medieval. Temos pois consciência que outros sítios alto medievais estarão ainda à espera de ser descobertos e que muitas questões ficaram por esclarecer, nomeadamente ao nível do estabelecimento de cronologias mais precisas, as quais terão forçosamente por passar pela realização de escavações arqueológicas em alguns dos sítios agora identificados. Trata-se pois de um estudo a que pretendemos dar continuidade, na perspectiva de virmos a contribuir com novos dados arqueológicos.

NOTAS

- ¹ Todas são formadas por conjuntos de dois túmulos, com excepção do Prado (n.º 002), Quinta da Moura (n.º 040) e Patarinho (n.º 053) onde foram abertas três sepulturas rupestres.
- ² A Tapada e o Passal apesar de terem sido inventariadas separadamente, dada a pouca distância que actualmente existe entre elas (cerca de 60 m), terão tido, segundo informação oral, mais sepulturas rupestres. Contudo, estas ao longo dos anos foram sendo destruídas pela acção do homem. Assim, apesar de actualmente pela sua localização parecerem núcleos distintos, na Alta Idade Média fariam, provavelmente, parte de uma extensa necrópole composta por mais túmulos.
- ³ Saliente-se que nesta estação não conseguimos identificar as duas sepulturas antropomórficas referidas pelo proprietário do terreno, uma vez que se localizavam numa área com densa vegetação.
- ⁴ Nesta situação encontram-se a do Adoeiro (n.º 004), a sepultura 3 da Várzea 1 (n.º 006), ambas as sepulturas das Pedras da Forca 1 (n.º 016), a sepultura 4 da Tapada (n.º 026), a das Cumeadas (n.º 041), a sepultura 5 da Regueira (n.º 047), a necrópole da Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050) e as sepulturas 2 e 3 do Patarinho (n.º 054).
- ⁵ Também a sepultura n.º 3 do Pêro do Pato (n.º 013), apesar de estar inacabada, pelas suas dimensões, apenas 88 cm de comprimento e 36 cm de largura a meio, deveria destinar-se a uma criança.
- ⁶ “Esta mudança é notável: traduz uma enorme diferença entre a atitude pagã e a nova atitude cristã a respeito dos mortos (...). A partir de então, e durante muito tempo, até ao século XVIII, os mortos deixaram de fazer medo aos vivos e uns e outros coabitaram nos mesmos lugares ...” (Ariès, 1977, p. 42-43).
- ⁷ “São Cristovão é, desde longa data, o padroeiro da Paróquia. Sabe-se que da Igreja de S. Cristovão de Cabanas tomou posse, em 1524, D. Luís da Silveira, 1.º Conde de Sortelha, e D. Diogo da Silveira, seu filho, 2.º Conde, em 1558.” (Marques, 1986, p. 102-103).
- ⁸ “Egreja matriz, muito antiga, bem conservada e com portico d’arco de volta inteira. Está em sitio pittoresco, isolado e hoje completamente ermo; supomos, porém, que outr’ora foi povoado pois ali se encontram ainda hoje sepulturas abertas na rocha [...] É um dos templos mais antigos do fértil valle do Dão...” (Leal, 1873-1890, XII, p. 1449).
- ⁹ Uma gravada com a cruz grega, com calotes esféricas nas extremidades e zona central, e a outra com a cruz de braços curvilíneos em relevo (Santo, 2001, p. 33).
- ¹⁰ Uma decorada com um hexafólio rebaixado e as outras duas com uma cruz de braços curvilíneos em relevo (Pinto, 1996, p. 47).
- ¹¹ A principal das quais decorreu nos primeiros anos do século XVI e a última em finais do século XIX da qual resultou a frontaria actual (Alves, 1966, p. 563).
- ¹² Deve salientar-se que apenas consultámos os documentos que foram alvo de publicação.
- ¹³ “Para alguns casos a sobrevivência desta moda de enterramentos até épocas mais recentes, cerca dos séculos XIII e XIV, parece perfeitamente comprovada. O caso da Sé do Porto e do Convento da Costa, nas suas fases mais recentes, podem ser aqui incluídos” (Barroca, 1987, p. 140).
- ¹⁴ As quais, apesar de actualmente se encontrarem espacialmente afastadas entre si, no passado terão feito parte de uma única necrópole.
- ¹⁵ Como já referimos anteriormente, estas sepulturas foram tapadas para se proceder ao calçamento da rua, desconhecendo-se a sua tipologia geral e orientação (Pinto, 1996, p. 45-46).
- ¹⁶ Segundo Alexandre Alves esta capela terá sido mandada construir em 1699 por Simão Coelho do Amaral (Alves, 1996, p. 96).
- ¹⁷ No caso dos sítios que inventariámos como Patarinho (n.º 053), Patarinho 1 (n.º 054) e Patarinho 2 (n.º 055), e conforme referimos no catálogo, é muito provável que tenham feito parte de uma mesma necrópole, à qual então estaria associada um local de povoamento e/ou espaço religioso que se terá sobreposto à *villa* romana da Abadia.
- ¹⁸ A cronologia romana por nós proposta para os sítios identificados na tabela, não assenta meramente no material de construção, mas em cerâmica comum dessa cronologia. Pois, actualmente, sabemos que, por exemplo, a régula no Norte do país terá tido uma produção até ao século XI (Barroca, 1987, p. 159).
- ¹⁹ Como exemplo temos as estações de S. Bartolomeu (n.º 069), do Ameal (n.º 070), do Gorgulão (n.º 075), da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072) e da Quinta dos Casais (n.º 078).
- ²⁰ Estações que, como referimos no catálogo, apesar de actualmente se encontrarem distanciadas entre si algumas dezenas de metros, terão integrado o mesmo espaço funerário, e pela dispersão dos vestígios materiais o mesmo local de povoamento.
- ²¹ Ainda hoje a parte mais antiga de Senhorim é designada como Vila e localiza-se próximo do local da igreja.
- ²² O nível de fragmentação das peças, nalguns casos impossibilitou-nos de efectuar o respectivo desenho.
- ²³ Os itens da análise cerâmica das primeiras cinco estações arqueológicas estão descritos no Quadro 1 e os das três últimas estações no Quadro 2, os quais se encontram no Anexo III.
- ²⁴ Em Braga e Dume está também documentada a imitação das formas e decoração, nomeadamente a palmeta, das derivadas das *sigillatas* paleocristãs, entre finais do IV-VII (Fontes e Gaspar, 1997, p. 208; Gaspar, 2003, p. 469). Na Itália centro-setentrional a imitação de formas e da decoração estampilhada da *sigillata* africana, nomeadamente da palmeta, é frequente na antiguidade tardia (Parodi, 1998, p. 86).
- ²⁵ Nos estudos de conjuntos cerâmicos de Braga e Dume regista-se, entre o século VIII-X, uma menor variedade de formas, com predomínio para as fechadas e uma diminuição das cozeduras oxidantes (Gaspar, 2003, p. 474).
- ²⁶ Sítio que poderá corresponder à *villa* de *Bena Gamus* referida na documentação de 1123 (DMP, DP., IV, n.º 372).
- ²⁷ As prospecções efectuadas nesta fortificação foram fortemente condicionadas pelo denso coberto vegetal que prolifera neste pequeno cabeço. Assim, os escassos materiais descritos no Quadro 2 do anexo II, os quais não tivemos possibilidade de desenhar, foram-nos gentilmente mostrados por Sérgio do Espírito Santo.
- ²⁸ Refira-se que as dimensões diminutas dos dois fragmentos de bordo (4 e 6) e da base (5) não permitiu aferir qual a sua forma.

- ²⁹ Nomeadamente que este templo remontará ao período medieval e que a ele estará associado uma necrópole, como o testemunha os achados de estelas de sepultura.
- ³⁰ Refira-se que nas imediações da Torre do Castelo, até ao momento, não está documentada nenhuma estação arqueológica romana. Deste modo, os silhares almofadados poderão, eventualmente, corresponder a um revivalismo, conforme o é proposto, por exemplo, para o castelo de Lanhoso (Barroca, 1990-1991, p. 111).
- ³¹ A referência mais antiga ao “...territorio seniorim...” data de 1100 (PMH, DC., n.º 933). As Terras “... eram unidades territoriais com uma área muito menor que as *civitates*, e tinham à frente dos seus destinos militares um castelo de que era *tenente* um elemento da nobreza local ... e afirma-se como um modelo essencialmente senhorial.” (Barroca, 1990-1991, p. 117-118).
- ³² As manchas de terreno, onde ainda hoje se pratica a agricultura localizam-se a norte, nas imediações da vila de Senhorim, no vale do rio Videira, onde temos as estações arqueológicas da reconquista.
- ³³ Segundo Mário Barroca as referências a várias estruturas castelares dentro de uma mesma *terra* começam a ser cada vez mais raras à medida que avança o século XII. No entanto, este investigador, refere que para a defesa ser mais eficaz o castelo que encabeçava a *terra* poderia contar com outros pontos de apoio, os quais em conjunto permitiriam a vigilância do território (Barroca, 1990-1991, p. 120). A microtoponímia “Torre do Castelo”, poderá pois significar a existência de uma torre, pertença de um castelo, o qual se localizaria em outro local.
- ³⁴ Segundo este investigador a contagem das milhas do miliário detectado em Espinho fazia-se a partir das Caldas da Felgueira, a qual se localiza na margem direita do Mondego, a cerca de 4 km da Torre do Castelo. Esta via regional proveniente da Bobadela passaria por terras de Senhorim ia à Abadia de Espinho, subia à Póvoa de Espinho e daqui a Santa Luzia, entroncando em Mangualde com a estrada que vinha de Mérida (Vaz, 1997, p. 384-385).
- ³⁵ Segundo Mário Barroca, as *Domus Fortis*, eram um meio de afirmação social, que se começa a detectar, grosso modo, em toda a Europa Ocidental, entre o terceiro quartel do século XII e os meados do século XIII, difundindo-se progressivamente a partir dessa data. “... a casa civil revestida de características militares, copiando ou inspirando-se na Torre de Menagem dos Castelos, foi uma das formas mais eficazes de afirmação encontradas por uma Nobreza de segundo plano que, um pouco por todo o lado, se procurava guindar socialmente na segunda metade do século XII, e que encontrava a natural resistência dos monarcas e das velhas linhagens.” (Barroca, 1997, p. 40-41).
- ³⁶ Para além da Torre de Cambra, a qual foi já alvo de intervenções arqueológicas, encontram-se inventariadas no distrito de Viseu outras torres com as mesmas características arquitectónicas e de implantação geográfica. Refira-se, a título de exemplo, a Torre de Gandufe, no concelho de Mangualde, da qual apenas prevalece uma esquina da torre, localizada num vale aplanado; a Torre de Vilharigues, no concelho de Vouzela, em ruína, de planta quadrangular, onde são ainda visíveis dois mata-cães na parte mais alta do edifício, e que para a qual também é proposta uma cronologia dos séculos XIII-XIV (Pedro, Vaz e Adolfo, 1994, p. 58-147).
- ³⁷ Saliente-se que às 22 estações arqueológicas onde registamos a presença de sepulturas rupestres, devemos acrescentar a Igreja Matriz de Travanca de Lagos (n.º 073), onde também é bibliograficamente referida a sua existência. No entanto, não é mencionado o seu n.º, nem a sua tipologia geral.
- ³⁸ No Passal 1 foram referenciadas na década de 40 do século XX seis sepulturas nas imediações da Igreja Matriz (Júnior, 2003, p. 20). Na Igreja de S. Pedro de Lourosa é mencionada a existência no lado sul do templo de cinco sepulturas (Correia, 1912, p. 7). Nos dois casos os respectivos autores não indicam qual a tipologia geral das sepulturas observadas.
- ³⁹ Contudo, devemos realçar, que o tempo dedicado a trabalho de campo nestas áreas foi bastante inferior à restante área do projecto. Assim, julgamos que no futuro, um maior investimento em prospecção nesta área poderá trazer novos dados relativamente a esta temática.
- ⁴⁰ Analisaremos a associação destas estações e edifícios religiosos no subcapítulo seguinte.
- ⁴¹ A sepultura 8 de S. Bartolomeu (n.º 069), as sepulturas 4 e 6 da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), bem como as sepulturas 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18 e 21 de S. Pedro de Lourosa (n.º 085) apresentam a parte superior do leito destruída, a sepultura 3 de Oliveira de Fazemão (n.º 106) encontra-se inacabada, pelo que não é possível aferir qual a sua tipologia geral. Conforme mencionámos anteriormente, algumas sepulturas do Passal 1 (n.º 065), de S. Bartolomeu, do Ameal (n.º 070), de S. Pedro de Lourosa e do Gorgulão (n.º 075) foram destruídas pela acção do homem.
- ⁴² Com excepção da sepultura n.º 6 que se localiza aproximadamente a 60 m para sudeste deste núcleo de sepulturas não antropomórficas. Nesta estação arqueológica devemos ainda recordarmo-nos das dez sepulturas que foram destruídas aquando da construção do balneário desportivo, e que apesar de, infelizmente, não sabermos qual a tipologia geral de cada uma, segundo a recolha de informação oral seriam maioritariamente não antropomórficas.
- ⁴³ Como estão parcialmente destruídas no contorno superior da cabeceira ou na zona inferior dos pés não nos é possível aceder ao seu comprimento total.
- ⁴⁴ Designadamente nos túmulos 1 e 2, bem como no 3 e 4.
- ⁴⁵ Actualmente mede 60 cm de largura, 122 cm de comprimento e 22 cm de espessura máxima.
- ⁴⁶ Vide subcapítulo 4.1.1.1 deste trabalho.
- ⁴⁷ Pressupondo que permanecerá, ao longo do tempo, a memória da sepultura enquanto local de inumação.
- ⁴⁸ No Entre-Douro e Minho é colocada a hipótese dos mais arcaicos, com planta ovalada pertencerem ao século IX. Os sarcófagos seguiriam um caminho evolutivo até ao antropomorfismo que predomina nos séculos XII a XIV (Barroca, 1987, p. 179-180).
- ⁴⁹ “Pelos elementos de que dispomos o processo evolutivo foi um pouco mais tardio nos sarcófagos do que nas sepulturas escavadas na rocha.” (Barroca, 1987, p. 180).
- ⁵⁰ Refira-se ainda que Travanca de Lagos é mencionada pela primeira vez na documentação medieval em 1119 “*et de alia pars villa de Travanca*” (DMP, DP., IV, n.º 110), pelo que esta fonte escrita parece ser consentânea com os dados arqueológicos, relativamente à existência de um local de povoamento que teria o seu espaço funerário.
- ⁵¹ O autor não refere a tipologia geral das outras três sepulturas.

- ⁵² Por um lado, sabermos até quando é que o túmulo rupestre terá sido utilizado nesta necrópole, e por outro, verificar a sua associação com outras soluções de enterramento.
- ⁵³ “Depois de suprimida a estrutura do *iconostasis*, o interior da Igreja de Lourosa receberia enterramentos no seu interior na forma de sepulturas escavadas na rocha de solução antropomórfica, que devem corresponder aos derradeiros anos do séc. XII, posteriores a 1189 (se foi nessa data que a *iconostasis* foi suprimida).” (Barroca, 2000a, p. 476).
- ⁵⁴ No entanto, conforme constatámos, aquando do desenho das sepulturas rupestres do exterior da igreja, o levantamento topográfico publicado pela DGEMN (1949) não é rigoroso quanto à necrópole. Algumas não se encontram desenhadas (caso da 9, 10, 11, 12 e 13) e existem alguns erros na dimensão dos sepulcros e na tipologia das cabeceiras, as quais são registadas como arco ultrapassado e têm forma rectangular. Assim, na Estampa XXXV do Anexo II apresentamos o respectivo desenho individual.
- ⁵⁵ Uma reforma considerada “...mais estrutural que estilística, não desvirtuando em demasia o cariz moçárabe deste templo.” (Barroca, 2000a, p. 476).
- ⁵⁶ “Conquistou-se espaço a Ocidente e, presumivelmente, também a Oriente, para que o templo respondesse convenientemente às exigências do novo tempo da Igreja Peninsular e às necessidades da própria comunidade de Lourosa. (...) A normalização arquitectónica da igreja de S. Pedro de Lourosa foi acompanhada por uma normalização litúrgica dos espaços.” (Fernandes, 2002, p. 227).
- ⁵⁷ Cuja leitura não conseguimos efectuar, uma vez que se encontra muito desgastada e fracturada.
- ⁵⁸ “*in villa Vlueira subtus mons Hermeo territorio Sene loco predicto inter Couas et Bouadela*” (DMP, DR., n.º 208).
- ⁵⁹ Segundo José da Costa Saraiva a actual igreja foi reconstruída no local da antiga nos finais do século XVII, inícios do XVIII (Saraiva, 1986, p. 29).
- ⁶⁰ Actualmente Touriz integra-se na freguesia de Midões, distando desta última apenas 2 km.
- ⁶¹ Na qual ainda se observa em duas fachadas a presença do que terá sido o aparelho original, blocos de granito de grão fino aparelhados assentes directamente uns nos outros, que contrastam com os blocos de granito de grão grosso de forma irregular utilizados em reconstruções posteriores à primitiva edificação.
- ⁶² Optámos por esta designação porque se, por um lado, os vestígios identificados em prospecção não se coadunam com os parques materiais de um casal rural que designámos como habitat, por outro, a área de dispersão por nós observada também não é equivalente a, por exemplo, uma aldeia. No entanto, temos consciência que o coberto vegetal nos possa ter distorcido a leitura da área de dispersão dos vestígios.
- ⁶³ Com base na prospecção e na recolha de informação oral contabilizaram-se um total de 18 sepulcros.
- ⁶⁴ Contabilizaram-se 12 sepulturas rupestres, um número elevado tendo em conta a média dos túmulos detectados por estação.
- ⁶⁵ O que não parece acontecer em S. Bartolomeu, pelo menos não temos evidências funerárias de cronologia romana.
- ⁶⁶ Da Bobadela sairia para noroeste a estrada romana, a qual atravessaria o rio Mondego, passando próximo de Póvoa de Midões, em direcção a Viseu.
- ⁶⁷ Possível posto de vigia que se localiza defronte do Cabecinho dos Ervedais (n.º 100) e sobre o qual nos debruçaremos no próximo capítulo.
- ⁶⁸ Apesar de não termos conseguido identificar o espaço habitacional das necrópoles da Quinta dos Casais (n.º 078) e da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), o facto de no passado o número de sepulturas ter sido superior ao inventariado, faz-nos supor que estariam associadas a algum espaço habitacional onde se reuniriam vários núcleos familiares, ou seja, uma aglomerado populacional que seria de alguma dimensão.
- ⁶⁹ Aliás pela proximidade geográfica de Midões e Touriz, apenas 2 km de distância entre si, faria mais sentido a existência de apenas uma aldeia num espaço tão reduzido.
- ⁷⁰ Corresponde à actual Travanca de Lagos, estação n.º 073.
- ⁷¹ Relacionado com o facto de termos obtido apoio logístico para a realização das prospecções.
- ⁷² Os itens da análise cerâmica das primeiras treze estações arqueológicas estão descritos no Quadro 3 e os das outras três estações no Quadro 4, os quais se encontram no Anexo III.
- ⁷³ Em Braga e em Dume estão documentadas cerâmicas cinzentas que se integram em dois grupos morfológicos, um que se inspira em formas de importação, nomeadamente da DSP, e um outro de formas comuns. As primeiras foram produzidas a torno, as superfícies são cinzentas e polidas, enquanto as segundas foram fabricadas a torno ou manualmente, as superfícies apresentam diferentes tonalidades de cinzento, sendo maioritariamente alisadas. Com base no espólio estudado é proposta uma cronologia desde finais do século IV ao século VII, com uma maior incidência nos séculos V e VI. É ainda feita referência às cerâmicas cinzentas de Conímbriga, onde se detectaram as mesmas características (Gaspar, 2003, p. 472-474). Também em Viseu é feita referência ao aparecimento desta cerâmica “A cor é cinzento claro, a pasta é homogénea, bem cozida, com finas partículas de mica e um alisamento que as torna macias ao tacto. A decoração é constituída por elementos impressos, ferraduras, triângulos, círculos e quadrados.” (Vaz, 1995, p. 346).
- ⁷⁴ As painéis com um diâmetro de bordo que oscila entre os 120 mm e os 180 mm, e os potinhos, peças pequenas, cujo diâmetro de bordo varia entre os 75 mm e os 100 mm.
- ⁷⁵ Refira-se ainda que dos treze sítios apresentados no Quadro 3, somente nestas últimas e na Tapada (n.º 059) identificámos fragmentos de tégulas.
- ⁷⁶ Refira-se mais uma vez que se na necrópole de S. Bartolomeu (n.º 069) as sepulturas são maioritariamente não antropomórficas, o mesmo não se verifica no Ameal (n.º 070).
- ⁷⁷ Estação arqueológica composta por uma necrópole, igreja medieval e lugar de povoamento que remontará ao final da Alta Idade Média/baixa Idade Média.
- ⁷⁸ Trata-se de um sítio que era desconhecido da população local e que foi descoberto aquando da limpeza de terrenos baldios por parte da Junta de Freguesia de Covas, tendo-nos então sido solicitada a nossa deslocação ao local.
- ⁷⁹ Muito provavelmente por debaixo deste derrube pétreo estão depositados os indicadores cronológicos que procuramos e que apenas poderão ser correctamente registados com uma escavação em *open area* deste pequeno recinto, o qual pretendemos efectuar num futuro próximo.

- ⁸⁰ Saliente-se que os abrigos entre os afloramentos graníticos também permitiriam a protecção de pessoas e bens.
- ⁸¹ Quer em Avô, quer em Aldeias das Dez, ambas na margem esquerda do rio Alva, são ainda hoje visíveis alguns troços de calçada, cuja cronologia poderá remontar ao período romano (Gouveia e Maia, 1990-1991).
- ⁸² A primeira referência documental ao castelo de Coja data de 1122, quando D. Teresa doa ao Bispo de Coimbra o “...castrum quod uocatur Cogia...” (DMP, DR., n.º 64) depois deste pertencer ao Conde Fernão Peres de Trava, o qual recebe em troca o castelo de St.ª Eulália com a *villa* de Quiaios (DMP, DR., n.º 63). Relativamente a Avô, a “...villa Auolo...” é referida em 1122 (DMP, DR., n.º 64), obtendo carta de foral em 1187 outorgado por D. Sancho I (DS., n.º 20). Segundo a tradição oral o castelo de Coja localizar-se-ia num pequeno cabeço sobranceiro ao rio Alva e à actual vila de Coja, num espaço ainda hoje designado como Paço, onde se observam “... alguns blocos de cantaria que parecem pertencer a uma construção antiga.” (Cruz e Santos, 2001). Do castelo de Avô, subsiste ainda um pano de muralhas em ruína com merlões poligonais que cercam o arco ogival da porta de entrada (DGEMN, 2004, – Inventário do Património Arquitectónico). No mapa geral das estações arqueológicas, optámos por integrar estas duas fortificações, deste modo, o Castelo de Coja está referenciado com o n.º 116 e o Castelo de Avô com o n.º 117.
- ⁸³ Jorge de Alarcão sugere ainda que no século XII os castelos sobranceiros ao rio Alva poderiam estar relacionados com a mineração do ouro, argumentando que “A exploração aurífera dos terraços não pode ter deixado de provocar o lançamento ao rio de materiais que forçosamente se terão depositado muito a jusante, já no Mondego ... é talvez nos fins do século XII ou princípios do XIII que Fernandes Martins situa o grande assoreamento do Mondego.” (Alarcão, 1985, p. 188).
- ⁸⁴ O historiador, como exemplos dos senhorios eclesiásticos, refere o facto de Oliveira do Hospital pertencer desde 1121 ao prior da Sé de Viseu e a um particular, antes de passar para as propriedades da ordem militar de S. João do Hospital de Jerusalém; de D. Teresa ter doado em 1122 o castelo de Coja ao Bispo de Coimbra; mencionando ainda em 1132 a carta de couto de Lourosa a favor da Sé de Coimbra (Mattoso, 1978, p. 147).
- ⁸⁵ Apesar de termos solicitado ao proprietário uma visita ao interior da construção, esta não nos foi permitida, pelo que as descrições têm como base a observação exterior do edifício.
- ⁸⁶ Refira-se que é provável que estes silhares sejam provenientes da cidade romana da Bobadela, a qual se localiza apenas a 3 km para norte.
- ⁸⁷ Esta última edificação, possui escadas e varanda exterior, tendo sido construída com pedras graníticas de pequena e média dimensão, irregulares, com os interstícios colmatados por pedras miúdas e barro, com excepção dos seus cunhais e alicerces que são compostos por pedras regulares e de maior dimensão.
- ⁸⁸ “Deste modo, se tivéssemos de definir um modelo típico para a *Domus Fortis* em Portugal diríamos que ela foi uma casa que adoptou o perfil turriforme, importado das Torres de Menagem românica, com planta quadrangular ... andar térreo maciço (destinado a celeiro ou a arrecadação) e acesso garantido pelo 1.º andar. Apresentaria, ainda, três ou quatro andares sobradados, iluminados com frestas estreitas de perfil militar, sendo o conjunto coroado com merlões. (...) Ao contrário das suas congéneres castelares, que optam por implantações de maior altitude, com condições favoráveis à defesa, estas torres senhoriais implantaram-se predominantemente no seio das Honras, nos vales, junto de terrenos agrícolas de aluvião, muito férteis, e na periferia dessas manchas agricultadas. (...) E, por questões de abastecimento de água, aproximaram-se, sempre que possível, de pequenos cursos de água.” (Barroca, 1997, p. 66-67).
- ⁸⁹ Aquando da sua análise verificámos ainda que são escassas as que se encontram nas imediações de caminhos, na margem direita apenas se contabilizaram cinco e na esquerda seis.
- ⁹⁰ As necrópoles referenciadas são: a Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067); a Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096); o Passal 1 (n.º 065); a Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072); a Quinta dos Casais (n.º 078); o Gorgulão (n.º 075); o Ameal (n.º 070); o S. Bartolomeu (n.º 069); a Igreja de S. Pedro de Lourosa (n.º 085) e a Igreja Matriz de Covas (n.º 098).
- ⁹¹ As necrópoles estão inventariadas são: a Quinta do Cagunça (n.º 008); a Rua da Estrada (n.º 020); a Tapada e o Passal (n.º 026 e 027); a Regueira (n.º 047); a Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050); o Patarinho (n.º 053); o Patarinho 1 (n.º 054) e o Patarinho 2 (n.º 055).
- ⁹² Aquando desta análise onde colocámos a hipótese, pelo menos no que concerne aos casos estudados, desta escolha tipológica poder estar mais relacionada com a preferência pessoal, ou, mesmo com o estatuto socio-económico, do que com uma questão cronológica. Constatámos ainda que não é possível estabelecer uma relação directa entre o não antropomorfismo e as sepulturas infantis.
- ⁹³ Na margem direita é o caso das sepulturas de Prazias (n.º 014), da n.º 2 de Campas (n.º 015), da Laje do Roxo (n.º 001) e das Hortas (n.º 031). Na margem esquerda temos os exemplos do Gorgulão (n.º 075), do Penedo do Gorgulão (n.º 076); da Quinta dos Casais (n.º 078); de S. Pedro de Lourosa (n.º 085) e da Quinta das Moitas (n.º 088).
- ⁹⁴ Na margem direita temos os exemplos do Casal (n.º 019), das Chãs (n.º 024), da Lapa e da Lapa 1 (n.º 057 e 058), do Penedo da Moita (n.º 045) e da sepultura 2 da Laje do Roxo (n.º 001). Na margem esquerda destaca-se o Alto Zambujeiro (n.º 074), o Gorgulão (n.º 075), a Quinta dos Casais (n.º 078), a n.º 2 da Mata das Forcas (n.º 079), o S. Bartolomeu (n.º 069), a Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e o Gamelão dos Mouros (n.º 086).
- ⁹⁵ Entre os rios Dão e Mondego, das 46 estações arqueológicas com sepulturas rupestres em 22 identificámos vestígios de povoamento. Entre os rios Alva e Mondego das 38 estações arqueológicas com sepulturas rupestres em 23 detectaram-se vestígios de ocupação. Do ponto de vista das características dos materiais arqueológicos recolhidos nestes locais de povoamento, não se denotam diferenças entre as duas margens.
- ⁹⁶ São os exemplos, entre os rios Dão e Mondego, das estações do Prado (n.º 002), da Quinta do Serrado (n.º 003), das Prazias (n.º 014), do Casal (n.º 019), do Moledo (n.º 021), das Chãs (n.º 024), de S. Sebastião (n.º 044), da Regueira (n.º 047), da Igreja de S. João de Areias e dos Alqueives (n.º 050 e 051), do Patarinho, Patarinho 1 e 2 (n.º 053, 054 e 055). Entre os rios Mondego e Alva, temos os casos da Tapada (n.º 059), da Quinta da Cortinha (n.º 063), do Olival dos Pobres e do Passal 1 (n.º 064 e 065), de S. Bartolomeu (n.º 069), da Quinta das Moitas (n.º 088) e dos Ervedais (n.º 100).

- ⁹⁷ Refira-se que nas estações arqueológicas do Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061) e da Quinta do Esporão 1 (n.º 092), recolhemos dois fragmentos de dormentes. Também as lagaretas referenciadas, ainda que seja incerta a sua cronologia, nos testemunham o trabalho agrícola relacionado com o cultivo da vinha e/ou da oliveira, culturas ainda actualmente vigentes na área analisada. Aliás, conforme vimos no ponto 1.7 do Enquadramento Geográfico, os estudos polínicos realizados na Serra da Estrela documentam, para a época da reconquista, uma multiplicação dos indicadores da actividade agrícola, sobretudo da oliveira e um aumento do pastoreio. Sabemos ainda que, genericamente, na área estudada era ainda possível o cultivo do trigo e do centeio. Do ponto de vista arqueológico, refira-se ainda que no concelho de Gouveia, a escavação arqueológica do castelo roqueiro do Penedo dos Mouros (Tente e Lourenço, 1998-2001) permitiu a identificação de algumas sementes num nível selado por um derrube, cujas análises promovidas pelo CIPA, no âmbito do programa “Investigação Paleontobiológica em Sítios Arqueológicos” permitiram identificar favinhas, coentros e trigo (Queiroz e Ruas, 2001; Van Leewaarden e Queiroz, 2003).
- ⁹⁸ Conforme constatámos no ponto 1.5 do Enquadramento Geográfico, os solos de natureza granítica, são regra geral de melhor qualidade para a prática agrícola do que os xistosos.
- ⁹⁹ A propósito da riqueza aurífera do rio Alva, Jorge de Alarcão coloca algumas questões relativamente ao(s) momento(s) desta exploração mineira: “Nas margens do rio Alva, entre Vila Cova e a confluência do Alva e do Mondego, são visíveis grandes remeximentos dos terraços fluviais para aproveitamento do ouro. A cronologia dos remeximentos é desconhecida; apenas perto de Zarzedo encontramos alguns raros vestígios romanos aparentemente relacionados com uma das explorações. Em toda esta área do Alva é fiável uma exploração romana, mas não é menos provável uma exploração intensiva no século XII, ou até uma longa exploração de séculos.” (Alarcão, 1988, p. 128). A exploração mineira em época romana é proposta por outros investigadores “...a instalação de um contingente na Lomba do Canho teve na base uma justificação de ordem económica, ligada especificamente à exploração mineira (...) as dimensões e estrutura do acampamento correspondem mais às de um estabelecimento permanente, para um pequeno contingente, que às de um aquartelamento provisório de campanha ocupado por um grande destacamento, pelo que poderia perfeitamente funcionar como um centro coordenador da actividade mineira.” (Nunes et al., 1988, p. 26-27). A exploração romana está indirectamente atestada pela epigrafia, especificamente pelas duas inscrições de Coito de Midões (CIL II 401 e CIL II 402), datadas do final do século I d.C. e que fazem referência a C. *Cantius Modestinus*, o construtor de templos de Bobadela e de Idanha-a-Velha. Segundo Vasco Mantas “... a fórmula *ex patrimonio suo* é raríssima e apanágio de um ambiente sócio-cultural muito elevado, ocorrendo na Hispânia apenas em Itálica ... Idanha-a-Velha e Bobadela...” (Mantas, 2002, p. 232). Ainda segundo este investigador os locais onde a epigrafia atesta o seu nome ocorre junto a áreas mineiras, como a Bobadela e Idanha, “A fortuna pessoal de C. *Cantius Modestinus*, a relacionar, pelo menos em parte, com a exploração aurífera da região, ultrapassava certamente o censo equestre de 400.000 sestércios, o que permite avançar a hipótese de se tratar de um cavaleiro. A ligação de *Modestinus* com actividades mineiras pode deduzir-se também do local onde se encontrou a ara consagrada a Diana, bastante perto das minas de Almadén (*Sisapo*) e das de Santa Quitéria...” (Mantas, 2002, p. 232). Certamente que a exploração mineira do Alva terá proporcionado o desenvolvimento económico e social da *civitas* da Bobadela, a qual aliás recebeu o título de *municipium*, e da respectiva área rural. A epigrafia comprova-nos a existência de um ambiente social privilegiado, pois tanto os evergetas *Iulia Modesta* como *Modestinus* pertencem à elite política e económica da Hispânia (Mantas, 1993, p. 242).
- ¹⁰⁰ Saliente-se que não foi objectivo do trabalho de campo a detecção de locais de exploração mineira, pelo que devemos ressaltar que é quase certo que nas margens do rio Alva, nomeadamente naquelas que se inserem na área estudada, sejam superiores aos inventariados.
- ¹⁰¹ Uma investigação sistemática orientada para as explorações mineiras do rio Alva, talvez nos trouxesse novos dados cronológicos para esta temática.
- ¹⁰² Entre os rios Dão e Mondego, para além da Tapada/Passal (n.º 026 e 027) e da Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050) acima referidos, serão ainda os casos dos espaços envolventes às Igrejas Matrizes de Senhorim (n.º 009), de Oliveira do Conde (n.º 033) e do Passal 1 (n.º 018). Entre os rios Alva e Mondego, serão os casos do Passal 1 (n.º 065) onde se encontra edificada a igreja matriz de Ervedal da Beira; dos Ervedais (n.º 100) nas imediações da igreja matriz de Covas, bem como do planalto envolvente à igreja matriz de Midões e à igreja matriz do Seixo da Beira.
- ¹⁰³ A referência às vias romanas no território em estudo parece-nos importante, pois não poderemos afastar a hipótese de, pelo menos, algumas destas estradas terem sido reutilizadas, com ou sem alterações, nas centúrias seguintes. Assim, apesar de algum abandono e das múltiplas reparações que as vias romanas terão sofrido ao longo dos tempos, muito provavelmente elas não terão sido completamente abandonadas. Porquê deixar de transitar por vias já construídas e ainda hoje em razoável estado de conservação? Como é o caso do troço da calçada romana da Pedra da Sé (n.º 110), em Tábua.
- ¹⁰⁴ “...las vías romanas no siempre fueron abandonadas en su totalidad y en líneas generales el antiguo trazado romano se siguió utilizando durante mucho tiempo desde de la caída del Imperio Romano. La red medieval aprovechó siempre que pudo las obras estatales romanas...” (Caamaño Gesto, 1979, p. 363).
- ¹⁰⁵ A estação da Igreja é referenciada por Inês Vaz como *villa* e corresponde à Igreja Matriz de Senhorim (n.º 009).
- ¹⁰⁶ Composto por grandes lajes graníticas e com uma largura de cerca de 250 cm (Pedro, Vaz e Adolfo, 1994, p. 80).
- ¹⁰⁷ Informação oral transmitida pelo Dr. Evaristo Pinto.
- ¹⁰⁸ Esta inscrição refere a edificação de uma ponte no ano 80, provavelmente sobre o rio Mondego: *Imp. Tito. VIII. Co(n)s / pontem aedificavit / Severus Vituli f.*, a qual, segundo Vasco Mantas, comprova a intervenção das comunidades locais na construção da sua rede viária (Mantas, 1996, p. 37). António Veiga faz referência na sua monografia à existência desta ponte, num local por si designado por Vale de França: “Para servir esta cidade, cuja existência na antiguidade é incontestável, dizem-nos também a tradição, e antigos auctores, que no ponto do Mondego mais proximo, em Valle de França, existiu uma ponte, a qual deve ter dado comunicação para a estrada militar romana” (Veiga, 1911, p. 37). Depreende-se pelas suas palavras que este autor nunca viu a referida construção, remetendo a sua existência para a informação de antigos autores, os quais infelizmente não revela. De qualquer forma, o topónimo encontra-se no alinhamento da estação romana da Cumieira (n.º 089), a qual Veiga denomina por cidade de Nabril.

- ¹⁰⁹ A transposição do rio Mondego seria feita por uma ponte que se encontra no enfiamento do troço de calçada da Pedra da Sé, e que actualmente se encontra submersa.
- ¹¹⁰ Refira-se que de acordo com a bibliografia consultada, no Vale da Corredoira “...foram encontrados vestígios de uma calçada muito antiga a que se atribui proveniência medieval ou romana.”, e em Lagares da Beira existe um troço de calçada, que ligaria Viseu a Bobadela, passando por Travanca de Lagos (ADRSA, s.d.). No entanto, não nos foi possível confirmar esta informação.
- ¹¹¹ Onde embora não tenhamos identificado estações de cronologia romana, identificámos uma concentração de estações alto medievais, as Areias (n.º 071), a Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), o Alto do Zambujeiro (n.º 074), o Gorgulão (n.º 075) e o Penedo do Gorgulão (n.º 076).
- ¹¹² “A sua superfície foi constituída por um empedrado que pouco a pouco foi arrancado do solo. Hoje quem por ele passa topa a todo o passo com muitos pedaços de pedra que saltaram do pavimento do caminho. São aqui também visíveis as marcas que as rodas de carros deixaram na sua superfície ... as raras lajes ainda existentes apresentam-se-nos muito lisas e gastas o que só por si nos indica a antiguidade da calçada.” (Coelho, 1970, p. 67).